

Avaliação do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Santa Vitória do Palmar/RS

Evaluation of the Pact for the Strengthening of Secondary Education in Santa Vitória do Palmar/RS

■ Marlise Marin

Resumo

O presente artigo buscou avaliar a implantação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no município de Santa Vitória do Palmar/RS. Esta política pública desenvolvida pelo Ministério da Educação pretendeu estabelecer um vínculo entre as Universidades Federais e as escolas, apoiando e formando orientadores de estudo para multiplicar o curso aos professores, com o objetivo de qualificar o trabalho docente. O método utilizado para o alcance do objetivo principal se valeu de estudo de caso desenvolvido em duas escolas de ensino médio, Escola de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral e Colégio Estadual Santa Vitória do Palmar, e contou com a aplicação de entrevistas em profundidade com professores, coordenadores, equipe pedagógica e orientadores de estudos. A partir das questões foi estabelecido um conjunto de informações que dão a real dimensão do impacto dessa política pública sobre a escola e a qualidade das aulas ministradas pelos professores do ensino médio.

Palavras-chave:

Política Pública; Formação Continuada; Educação.

Abstract

This paper aims to evaluate the implementation of the National Pact for high school Strengthening in Santa Vitória do Palmar/RS. This public policy developed by the Ministry of Education intended to establish a link between the federal universities and schools, supporting and forming guiding study to multiply the course teachers, in order to qualify the teaching. The method used to achieve the main objective is worth a case study developed in two high schools, Basic Education School Manoel Vicente do Amaral and Santa Vitória do Palmar State College, as well as the application of in-depth interviews with teachers, coordinators, teaching staff and study counselors. From the questions it established a set of information that give the real dimension of the impact of public policy on the school and the quality of classes taught by high school teachers.

Key-words

Public Policy; Continuing Education; Education.

Introdução

O estudo que segue aborda a questão educacional da formação continuada como uma política pública destinada a qualificação dos professores do Ensino Médio. Tal política se materializou através do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (tratado aqui como Pacto) desenvolvida desde o ano de 2012 com os objetivos de: a) promover melhoria da qualidade do Ensino Médio; b) ampliar os espaços de formação de todos os profissionais envolvidos nesta etapa da educação básica; c) desencadear um movimento de reflexão sobre as práticas curriculares que se desenvolvem nas escolas; d) fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes curriculares para o Ensino Médio.

Segundo o Ministério da Educação - MEC a escola apresenta neste contexto um campo fértil capaz de proporcionar o espaço adequado para que o debate e alcance de soluções se efetive. Desta forma defendeu que a implementação da política do Pacto era um meio viável de promover o debate garantindo vez e voz aos sujeitos envolvidos no processo educacional, fazendo com que as mudanças fossem contempladas dentro da escola, atingindo os professores, os jovens e a qualidade do ensino, impactando diretamente na sociedade brasileira. Essa iniciativa pretendeu assegurar principalmente a formação comum dos docentes através de cursos de qualificação, possibilitando os meios adequados para que sigam com os estudos, se tornem mais aptos ao mercado de trabalho e proporcionem melhorias na qualidade do ensino público

Percebendo a grande repercussão da implantação do Pacto nas escolas e a forma como pretendia ser aplicado, o MEC também buscou a reestruturação curricular do ensino médio, tendo como principal objetivo combater a evasão e repetência dos alunos. Essa reestruturação trouxe em sua proposta uma articulação das disciplinas a partir das áreas do conhecimento. Dessa maneira o seminário integrado foi o eixo norteador das atividades desenvolvidas pelos alunos, que são influenciados a colocar na prática os conhecimentos teóricos apreendidos, onde o mercado de trabalho torna-se o grande alvo desse sistema.

Assim como qualquer política pública, o Pacto passou por uma série de etapas até ganhar forma e ser implementado. Como bem aponta o modelo de análise das políticas públicas do *Ciclo das Políticas*: a) o problema da qualidade da educação foi considerado pelo Governo Federal; b) entrou em sua agenda de prioridades; c) foi elaborado um plano de ações; d) implementado como uma política pública de abrangência nacional; e) possivelmente foi submetido a algum tipo de avaliação e pode ter sofrido algum tipo de correção de ações (FREY, 2000; SOUZA, 2006; ROMANO, 2009; RODRIGUES, 2010).

Ao encontro da última etapa do modelo do Ciclo das Políticas esse estudo possui como objetivo principal avaliar a implantação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no município de Santa Vitória do Palmar/RS. Assim, se busca conhecer e avaliar uma dentre tantas políticas públicas que são desenvolvidas pelos agentes públicos, dando ênfase em mensurar o resultado prático que ela alcançou sobre a prática docente e sobre o aprendizado dos alunos,

principalmente em sociologia onde as novas práticas educacionais contribuíram para a pesquisa, o diálogo e a construção do conhecimento buscando a formação humana integral.

O problema que guiou o estudo questiona se os objetivos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foram alcançados no município de Santa Vitória do Palmar - RS? Para responder esse questionamento e avançar na avaliação dessa política pública implementada pelo Governo Federal o estudo se vale da metodologia qualitativa e do método de estudo de caso desenvolvido em duas escolas Estaduais de Ensino Médio - Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral e Colégio Santa Vitória do Palmar - por meio de entrevistas em profundidade com dez professores das diferentes áreas, sendo dois docentes de sociologia, dois coordenadores, quatro integrantes da equipe diretiva e dois orientadores de estudos. Se buscou a avaliação da política do Pacto pelo entendimento dos próprios professores, suas ideias a respeito de como se deu esse processo, como avaliam sua participação e desempenham atualmente seu trabalho após a implantação dessa política pública.

Este tema de pesquisa se torna interessante na medida em que se conhece a realidade vivenciada pelos professores e alunos que lecionam ou cursam o ensino médio em escolas públicas. Esta etapa da educação básica, assim como as demais, convive com diversos problemas, como a necessidade de maiores investimentos, melhor espaço físico, redução da evasão escolar, profissionais qualificados. Por meio da formação continuada dos profissionais da educação se busca resolver ao menos um desses problemas, onde os professores poderão dar melhor suporte para a qualificação dos alunos, formando cidadãos aptos para o mundo de trabalho e buscando uma sociedade mais igualitária.

Políticas públicas e ciclo das políticas

Segundo Lynn (1980), políticas públicas são um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) define-as como o que o governo escolhe ou não fazer. Azevedo (2003, p.7), por sua vez definiu política pública como “tudo o que um governo faz ou deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Então entende-se por políticas públicas o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo ao Estado a garantia dessa ação, visando determinado interesse e suas necessidades. De acordo com Di Giovanni (2009 *apud* MÜLLER e MORAIS, 2012), o conceito de políticas públicas é algo evolutivo, na medida em que se refere às relações entre estado e sociedade, determinadas por constantes transformações históricas e permeadas por mediações de natureza variada. Norberto Bobbio (1998) define políticas públicas como a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas.

Como bem aponta Souza (2006 *apud* MÜLLER e MORAIS, 2012, p.3), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”, o conceito, oscila de acordo com o enfoque teórico adotado e o contexto político a que ele se aplica. Ou seja, entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Na área da educação as políticas públicas implementadas buscam regular e orientar todo o sistema educacional brasileiro, seja ele de responsabilidade da União, Estados ou Municípios e impactam sobre toda a sociedade. Como é o caso do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído por meio da portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 e implementado pelo Governo Federal com o objetivo de garantir maior qualidade do ensino médio ofertado no país. O Pacto contempla a ação de formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio, por meio da colaboração entre Ministério da Educação, secretarias Estaduais de educação e Universidades.

Assim como existem várias definições para as políticas públicas, também existem vários modelos que buscam analisar esse tipo de ação do Estado. Ao longo dos anos desenvolveram-se inúmeros modelos explicativos empenhados em elucidar os processos de formulação, implementação e resultados dessas ações, como exemplo os apresentados por Müller (2013): *tipologia das políticas públicas; redes de políticas públicas; modelo neoinstitucional; análise de estilos políticos; e ciclo das políticas.*

Esse estudo se restringe a considerar apenas o ciclo das políticas como modelo de análise da política pública do Pacto. Mas, nem por isso, deixa de considerar de extrema importância para o conhecimento científico os demais modelos analíticos. O modelo do ciclo das políticas públicas (*policy cycle*) é amplamente discutido por especialistas como forma simples de compreender o processo de formação das políticas.

De acordo com esse modelo, as políticas públicas são formadas por um conjunto de “etapas” que visam atender as demandas e interesses da sociedade. Essas etapas vão desde o enfrentamento de determinado problema pela administração pública, até a posterior análise dos efeitos gerados pela solução aplicada pelo Estado para sua resolução (RODRIGUES, 2010, p. 47). Frey (2000), demonstra que o ciclo das políticas públicas é constituído pelas seguintes etapas: 1ª) percepção do problema; 2ª) agenda setting; 3ª) elaboração de programas ou ações; 4ª) implementação da política e; 5ª) avaliação da política e eventual correção da ação.

A primeira etapa do modelo do ciclo das políticas acontece quando alguma situação (política, social, econômica) “salta aos olhos” da administração pública como um problema a ser solucionado. As questões que devem ser observadas pelos governantes nessa etapa são: o problema realmente existe? O Governo deve mobilizar-se e de que maneira? Existem mobilizações ou pressões externas para sua resolução (grupos sociais, empresas, políticos)? (RODRIGUES, 2010).

No momento em que percebe determinada situação como um problema a ser solucionado o Governo decide enfrenta-lo por meio de alguma política pública. Essa é a etapa chamada de agenda setting, que nada mais é do que o momento em que ele decide colocar a resolução dessa situação em sua “lista de prioridades”. Nesse momento, o problema pelo qual o Governo decidiu agir torna-se uma questão política e adquire status de problema público. A partir daqui as decisões sobre o problema resultarão no desenho de políticas ou programas que, realmente, tentarão ser implementados na etapa seguinte (RODRIGUES, 2010).

Na etapa de elaboração da política pública a discussão gira em torno da escolha mais apropriada entre as alternativas disponíveis para a resolução do problema que ingressou na agenda de governo. Para que o programa, política ou ação saia do papel é necessário a realização de uma etapa inicial de levantamentos, análises e informações sobre o problema a ser corrigido e posteriormente dá-se a elaboração do programa, decidindo sobre quais benefícios ou serviços serão implementados e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação (RODRIGUES, 2010).

A etapa da implementação da política é, de longe, a mais reconhecida pela população. Nessa etapa os planos saem do papel e se materializam em resultados finais das políticas, programas ou projetos. É aqui que a rua é asfaltada, que o posto de saúde é construído, que a escola “ganha” a biblioteca e que o pobre “ganha” a comida. Em termos gerais, o processo de implementação significa a aplicação da política pública, efetuada pela burocracia estatal.

Contudo, para que a política seja implementada de maneira adequada torna-se necessário relacionar o problema à solução proposta, caso contrário, os resultados e impactos de certas políticas podem não corresponder aos impactos projetados e desejados na fase de elaboração do programa (FREY, 2000; RODRIGUES, 2010). Considerando que imprevistos acontecem durante a implementação de programas ou políticas representando obstáculos que as vezes são intransponíveis e resultam no “abandono” da ação pelos Governos, o processo de implementação revela-se como elemento chave nas discussões sobre a eficiência e eficácia de determinada política pública (MELO, SILVA, 2000 *apud* MÜLLER, 2013).

A avaliação da política pública e a possível correção de ações é a última etapa do ciclo das políticas públicas. A avaliação consiste na análise dos efeitos produzidos após a implementação da determinada política pública. A atividade de avaliar resultados concentra-se nos efeitos gerados pela ação do Governo, oferecendo subsídios que possibilitem perceber em que medida as metas ou objetivos iniciais foram atingidos e, se necessário, promover a correção de déficits e impactos indesejados. No caso da atenção ou alcance das políticas objetivadas inicialmente, o processo de avaliação pode conduzir a suspensão ou ao fim do ciclo da respectiva política, caso seja necessário corrigir determinadas ações, pode determinar iniciar um novo ciclo ou a modificação do programa anterior (FREY, 2000; RODRIGUES, 2010).

Essa última etapa do ciclo das políticas é a que mais interessa a esse estudo que busca avaliar a política do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio nas escolas de Santa Vitória do Palmar/RS. Sobretudo porque, segundo Frey (2000), o processo de avaliação e correção das políticas públicas é

negligenciado por grande parte dos Governos. Formular determinado programa e implementar determinada ação para eles já está de bom tamanho, especialmente quando esses programas políticos são mais complexos e demandariam muito esforço para sua avaliação e correção.

A política do Pacto e sua avaliação

O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio é um programa de formação continuada regulamentado pela Portaria Ministerial nº 1.140/2013 e implementado no Estado do Rio Grande do Sul desde o início de 2014. O pacto é uma política pública de iniciativa do Governo Federal e propõe uma ação institucional envolvendo agentes federais e estaduais que compactuam com o objetivo de fortalecer o Ensino Médio, visando garantir melhor qualidade de ensino. Neste sentido o Pacto oferece condições para que as escolas ampliem a oferta das diretrizes curriculares nacionais, proporcionando a formação humana integral e um currículo vinculado aos eixos da ciência, tecnologia, trabalho e cultura.

Os objetivos do Pacto segundo a portaria que o institui são: a) contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino Médio; b) promover a valorização pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio; c) discutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio - DCNEM¹.

Em um primeiro momento, com o objetivo de promover melhor qualidade ao ensino ministrado pelos professores para os alunos do ensino médio o Pacto buscou ampliar os espaços de formação de todos os profissionais envolvidos nesta etapa. Essa iniciativa pretendeu assegurar principalmente a formação comum dos docentes através de cursos de qualificação, possibilitando os meios adequados para desempenharem sua qualificação, se tornarem mais aptos ao mercado de trabalho e assim proporcionar melhorias na qualidade do ensino público brasileiro.

Concomitante a isso e buscando fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas o MEC também buscou a reestruturação curricular do Ensino Médio, tendo como principal objetivo combater a evasão e repetência dos alunos. Por meio das próprias DCNEM's os conteúdos sistematizados que fazem parte do currículo do ensino médio passaram a se articular com as áreas de conhecimento: a) linguagens; b) matemática; c) ciências da natureza e; d) ciências humanas.

¹ As DCNEM orientam a organização curricular por meio das seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, considerando como princípios: I – o trabalho, para a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. II – a pesquisa, possibilitando que o estudante possa ser protagonista na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de reconstrução de conhecimentos. III – os direitos humanos, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana; IV – a sustentabilidade socioambiental como meta universal, desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, e baseada na compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com seu ambiente. (BRASIL, 2012).

O objetivo dessa reestruturação foi proporcionar a articulação das disciplinas com as distintas áreas do conhecimento. Dessa maneira, a introdução da disciplina de Seminário Integrado passou a ser o eixo norteador das atividades desenvolvidas pelos alunos, que foram influenciados a colocar na prática os conhecimentos teóricos apreendidos, onde o mercado de trabalho torna-se o grande alvo desse sistema. Essa reestruturação curricular foi implantada no ano de 2012 para o primeiro ano do Ensino Médio, em 2013 para o segundo ano e em 2014 alcançou o terceiro ano do Ensino Médio.

Na prática, a primeira etapa da formação continuada, em conformidade com as DCNEM, trouxe como eixo condutor *“Os sujeitos do Ensino Médio e a formação humana integral”*, e foi composta pelos seguintes campos temáticos: a) sujeitos do Ensino Médio e formação humana integral; b) Ensino Médio e formação humana Integral; c) o currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio de formação humana integral; d) organização e Gestão do trabalho pedagógico; e) avaliação no Ensino Médio e áreas do conhecimento e integração curricular. A segunda etapa tratou das práticas de reforma curricular, por meio da apresentação aos professores da temática da reestruturação do trabalho pedagógico no Ensino Médio e das áreas de conhecimento englobadas pelo Pacto.

No município de Santa Vitória do Palmar/RS, o Pacto foi implementado a partir de 2014 e o alcance, ou não, de seus objetivos é apresentado pelo estudo a seguir. Buscando avaliar essa política pública foi aplicado questionário semi-estruturado de perguntas abertas com dez professores das diferentes áreas, sendo dois docentes de sociologia, dois coordenadores, quatro integrantes da equipe diretiva e dois orientadores de estudos de duas escolas de ensino médio contempladas pelo Pacto - Escola Estadual de Educação Básica Manoel Vicente do Amaral e Colégio Estadual de Santa Vitória do Palmar. Se busca assim avaliar a política pelos “olhos” de quem foi atingido diretamente por sua implementação. As questões aplicadas procuraram mensurar se: a) a prometida qualificação dos professores aconteceu? b) os professores se sentiram mais valorizados após a implementação dessa política? c) as práticas pedagógicas foram diversificadas por meio da reestruturação curricular e articulação entre as disciplinas e áreas do conhecimento?

Com relação à qualificação dos professores prometida pelo Pacto se pode afirmar que ela ocorreu através de cursos de formação continuada e do incentivo à prática pedagógica pela interdisciplinaridade e pela união entre o novo conhecimento e a prática cotidiana do professor. O primeiro passo dado pelo Governo Federal ao implementar a política do Pacto foi realizar reuniões nas escolas com a participação da direção, supervisoras do Ensino Médio politécnico, e uma equipe de supervisão da 18ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE, a quem coube comunicar as novas práticas de ensino-aprendizagem.

Em seguida, foi escolhido um orientador de estudos dentre os profissionais das próprias escolas que seria o encarregado de articular a ação curricular nas escolas e se reportar diretamente a um coordenador de estudos ligado a 18ª CRE. Coube ao orientador desenvolver na escola a formação continuada, sendo encarregado de fazer a distribuição dos cadernos de todas as áreas para leitura, reflexão e discussão dos professores cursistas. O orientador de estudo organizou em cada escola a proposta de formação em concordância com a organização do trabalho pedagógico da

própria escola de forma a privilegiar o trabalho coletivo. Semanalmente se fazia necessário ao orientador trabalhar com os respectivos professores os cadernos de estudo recebidos que tratavam das áreas de linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias. Mensalmente ainda ocorriam reuniões com todos os orientadores de estudos, coordenador de estudos da 18ª CRE e equipe de formadores de estudos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

O curso de formação continuada dos professores foi organizado em dois momentos. O primeiro momento foi composto por atividades individuais, onde o professor organizava seu próprio tempo para a leitura dos textos básicos do curso e também apresentava registros das reflexões realizadas durante suas leituras para um grupo de discussões composto por outros professores cursistas na própria escola. Esse processo foi orientado e acompanhando pelo orientador de estudo. O segundo momento foi composto por atividades coletivas, nas quais os docentes realizaram o estudo das DCNEM, analisaram textos sobre os campos temáticos e textos sobre áreas de conhecimento e seus componentes curriculares. O eixo central desse processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio foi o desenvolvimento da temática "Sujeitos do Ensino Médio e formação Humana Integral", que orientou a discussão e o trabalho em todas as etapas do curso de formação.

Com relação a importância do processo de formação continuada para o melhor ensino do professor aos alunos Arco- Verde (2008) afirma que:

a formação continuada traz como princípio a necessidade de manter a articulação teórica e prática na compreensão da prática docente como práxis, onde a prática é teoria e prática ao mesmo tempo e a formação teórica não prescinde da prática, pois deve ter seus pés atados à realidade. Está umbilicalmente vinculada à concepção do professor como um intelectual. A relação formação inicial, de bases teóricas conscientes da realidade que se apresenta, que sustenta a profissionalização numa reflexão constante da conjuntura na contemporaneidade, do quadro político e institucional que os professores têm pela frente, faz da formação continuada a grande possibilidade de avanço na educação (ARCO-VERDE, 2008, p. 185).

A impressão passada pelos professores, coordenadores e orientadores de estudo entrevistados foi semelhante a disposta acima. Para eles a formação continuada foi fundamental para possibilitar a reflexão e a atualização das práticas docentes, mas, sobretudo, foi fundamental para proporcionar melhor qualidade de ensino aos alunos, mesmo que a escola não estivesse preparada para implementar esse tipo de ensino baseado na integração curricular.

Além do mais, segundo eles, a política do Pacto facilitou a aquisição de equipamentos, laboratórios, material didático específico, e uma formação continuada articulada com uma importante instituição acadêmica. A formação continuada foi fundamental também para o melhor entendimento dos professores sobre as propostas do Pacto, como no caso das dúvidas relacionadas a dinâmica da nova disciplina de Seminário Integrado que passou a compor o currículo do Ensino Médio Politécnico.

De acordo com as respostas dos entrevistados se pode afirmar então que, essa política pública esclareceu questionamentos, integrou professores por meio da troca de ideias e experiências, proporcionou melhor formação aos professores e contribuiu para uma educação de maior qualidade. O Pacto estimulou a produção intelectual, o pensamento intencional e o registro das práticas educacionais, onde os professores de Santa Vitória do Palmar/RS mostraram-se plenamente interessados pelo processo de formação.

Com relação a valorização pessoal dos professores de Santa Vitória do Palmar proporcionada pelo Pacto se pode afirmar que se sentiram mais valorizados, pois essa política pública promoveu atividades e discussões que partiram sempre do contexto e da realidade vivenciada pelos docentes em sala de aula. Segundo os professores, o Pacto lhes deu mais vez e voz, pois houve mais integração pela troca de ideias e experiências entre os docentes, gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Além disso o pré-conselho de classe desenvolvido entre todos os professores passou a considerar o levantamento de problemas, tanto por parte dos professores, quanto dos estudantes. O próprio conselho de classe ficou mais participativo após a implementação do Pacto, assumindo função pedagógica destinada a redimensionar todo o trabalho educativo da escola. Além disso, mensalmente os orientadores e professores que participaram da formação continuada enviavam a FURG trabalhos de caráter obrigatório que eram avaliados pelo MEC como critério para o recebimento de bolsa de estudos no valor mensal de R\$ 200,00 para cada profissional que participasse do programa.

Por mais que o Pacto não tenha tido continuidade no ano de 2015 por questões orçamentárias provenientes do Governo Federal, podemos afirmar que valorizou o profissional da educação: a) através da sua própria formação continuada; b) ao lhe conceder maior participação nas decisões referentes a sua escola e; c) lhe proporcionar renda extra pela adesão a política do PACTO.

Com relação à diversificação das práticas pedagógicas por meio da reestruturação curricular e articulação entre as disciplinas e diferentes áreas do conhecimento se pode afirmar que o Pacto alcançou êxito. A implementação do Pacto, proporcionou de início a mudança do ensino médio tradicional para ensino médio Politécnico, onde foi implantada a disciplina de Seminário Integrado que possui como método principal a elaboração de projetos de pesquisa visando à preparação do jovem para o ingresso no ensino técnico ou universitário para um melhor futuro profissional, além da educação de qualidade. Outra particularidade da disciplina é o enfoque na interdisciplinaridade. Esse aspecto vai de encontro a uma das metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 que busca:

institucionalizar programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, o Pacto levou os educadores a articular as diferentes disciplinas ao ministrar o Seminário Integrado aos alunos. Como bem aponta Torres (1999), esse novo modelo educacional exige do professor inúmeras competências, ele deve atuar como um sujeito polivalente, profissional competente, agente de mudança, praticamente reflexivo, professor investigador, intelectual, crítico e transformador. Atualmente, já é quase impossível pensar em alguma ação pedagógica que não necessite que o professor transponha os limites de cada disciplina.

Além da introdução da disciplina de Seminário Integrado o Pacto promoveu a reestruturação curricular com o objetivo de proporcionar a articulação das disciplinas com as distintas áreas do conhecimento: a) linguagens e suas tecnologias; b) ciências da natureza e suas tecnologias e; c) ciências humanas e suas tecnologias. A ação de reestruturação do currículo nas duas escolas observadas em Santa Vitória do Palmar implicou na participação de todos os envolvidos no processo de ensino. O objetivo principal foi readequar o currículo às diretrizes do Pacto e realocar disciplinas e conteúdos com o propósito de facilitar o aprendizado dos alunos.

O planejamento participativo segundo Gandin (1995) é:

parte do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve á falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. (...) essa participação significa não apenas contribuir com a proposta organizada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta (...) significa, também, participação no poder que é o domínio de recursos para sua própria vida, não apenas individualmente, mas grupalmente. O planejamento participativo é o modelo e a metodologia para que isso aconteça (GANDIN,1995, p. 28 e 29).

E planejar e organizar o trabalho pedagógico requer, além da intencionalidade, a participação coletiva. A participação é o que configura o real papel do professor como sujeito na organização do trabalho pedagógico. A ação coletiva faz a diferença, pois conduz o docente a assumir papel ativo na discussão do ensino, com a finalidade de compreender e reafirmar a importância de sua participação como sujeito capaz de imprimir caráter político-pedagógico à organização do trabalho escolar (VEIGA, 2006, p. 21).

O objetivo de proporcionar a diversidade das práticas pedagógicas foi atingido pelo Pacto nas escolas de Santa Vitória do Palmar no momento em que os professores: a) tiveram que se adaptar ao novo ensino Politécnico; b) ministrar aulas na disciplina de Seminário Integrado; c) considerar a interdisciplinaridade para formulação de seu plano de aula e; d) participar ativamente na reestruturação do currículo do ensino médio.

De acordo com os depoimentos dos professores é perceptível ao menos alguns problemas na implementação da política do Pacto. A maioria deles afirmou encontrar dificuldades em compreender a totalidade dos componentes curriculares na forma de disciplinas e outras possibilidades de organização do conhecimento escolar proposto pelo Pacto, sobretudo na disciplina

de Seminário Integrado. O papel dos orientadores de estudos não compreendia a resolução desses questionamentos e o contato com os coordenadores de ensino não era imediato fato que dificultava, de certa forma, a implementação correta dessa política pública.

Outro grande problema referente ao Pacto foi sua descontinuação no ano de 2015. Alegando problemas orçamentários o próprio MEC suspendeu as ações de formação continuada, assim como o pagamento das bolsas de ensino para os professores participantes. Por lógica, é inadmissível que uma política pública que provou por meio desse estudo ser eficiente e eficaz como instrumento de qualificação dos docentes e do próprio ensino médio deixe de ser implementada. Contudo a realidade da política é muito diferente da lógica, seja por “capricho” dos governantes, seja por falta de qualificação dos mesmos para tirar do papel a etapa de avaliação e correção das ações propostas pelo próprio modelo analítico do ciclo das políticas utilizado aqui.

Considerações finais

Através do estudo de caso desenvolvido em duas escolas de ensino médio de Santa Vitória do Palmar – RS se pode afirmar que os objetivos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio foram alcançados em sua totalidade nesse Município. A primeira etapa do Pacto que consistia na formação continuada dos professores aproximou os professores do conhecimento novo e aproximou os alunos de um ensino de melhor qualidade. A segunda etapa, que consistia na atualização das práticas docentes aproximou os professores aos seus pares, na medida que realizaram planejamento coletivo do currículo e refletiram sobre sua intencionalidade educativa.

Com relação a qualificação dos professores objetivada pelo Pacto se pode afirmar que ela ocorreu através de cursos de formação continuada e do incentivo a prática pedagógica pela interdisciplinaridade e pela união entre o novo conhecimento e a prática cotidiana do professor. O sucesso da formação contou com a participação das equipes diretivas que disponibilizaram ao corpo docente espaço e tempo para o processo, favorecendo em todos os aspectos a realização das reuniões e atividades propostas, estimulando a produção intelectual, o pensamento intencional e o registro das práticas educacionais visando uma educação de qualidade.

O Pacto também valorizou o profissional da educação ao lhe proporcionar acesso a qualificação profissional, lhe conceder maior participação nas decisões referentes a sua escola e lhe proporcionar renda extra pela adesão a esse programa. Além disso, alcançou a proposta diversidade das práticas pedagógicas no momento em que os professores tiveram que se adaptar ao novo ensino Politécnico; ministrar aulas em uma nova disciplina embasada na interdisciplinaridade e participar ativamente da reestruturação do currículo do ensino médio.

Esta política pública provocou um novo olhar aos profissionais da educação, ao demonstrar uma nova maneira de trabalhar a docência e transformar as aulas em momentos agradáveis. Estimulando os educandos a serem sujeitos participativos do processo de ensino aprendizagem, convidando o aluno a trazer a comunidade e seus saberes para dentro da instituição de ensino, contribuindo assim para a transformação da sociedade em que vivem.

Sobre o alcance do fim principal de qualquer política educacional – melhorar a qualidade da educação – não se pode afirmar através das entrevistas realizadas que o Pacto logrou êxito. Para tanto, seria necessário tecer comparações entre o desempenho dos próprios alunos antes e depois da implementação dessa política pública nas escolas de Santa Vitória do Palmar. O que se pode afirmar é que a forma de ensinar foi aperfeiçoada por meio da formação continuada e dos desafios proporcionados pela interdisciplinaridade e o papel dos professores como protagonistas da educação foi amplificado através de sua participação na reformulação curricular.

Referências

- AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. (et al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- ARCO VERDE, Y. F. S. Formação continuada para intelectuais orgânicos. In: FERREIRA, N. S. C.; BITTENCOURT, A. B. (org) *Formação Humana e Gestão da Educação: a arte de pensar ameaçada*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Diário Oficial da república federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2007-2010/2009/decreto/D7037.htm>. Acesso em 10 de março de 2015.
- DYE, T. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1984.
- FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, jun. 2000, p. 1 – 21.
- GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica. Califórnia: Goodyear, 1980.
- MELO-SILVA, L. L. Intervenção em Orientação Vocacional/Profissional: Avaliando resultados e processos. 2000. *Tese* (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP.
- MORAIS, J.; MÜLLER, M. Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. *Anais do Quarto Congresso Urugayo de Ciência Política*, 2012.
- MÜLLER, M. O setor elétrico pela abordagem da path dependence. 2013, 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS.

RODRIGUES, M. M. A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMANO, J. *Política nas Políticas Um olhar sobre a agricultura brasileira* Rio de Janeiro: Mauad X, Edur, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Formação de professores do Ensino Médio, etapa I - caderno II: O jovem como sujeito do Ensino Médio*. Curitiba: UFPR, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Formação de professores do Ensino Médio, etapa II - caderno I: Organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio*. Curitiba: UFPR, 2014

TORRES, R. M. *Nuevo rol docente: Qué modelo de formación, para qué modelo educativo?* In: *Aprender para el futuro nuevo marco de la troca docente*. Fundacion Santillana: UBRA, 1999.

VEIGA, I. P. *A Lições de didática*. Campinas: Papirus, 2006.

Meios online

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/file/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf>. Acessado em 11 abr. 2016.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman>. Acessado em 10 abr. 2016.

<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22>. Acessado em 19 abr. 2016.

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acessado em 08 abr. 2016.

<<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticasp%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acessado em 21/2016.

Marlise Marin - Especialista em História, Sociedade, Política e Cultura, pela Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em EJA na Diversidade, pela Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, pela Universidade Federal de Rio Grande. E-mail: marlisesvp@hotmail.com.